

As teorias democráticas de Dahl e Raws para a resolução dos conflitos no Oriente Médio, um arranjo teórico Possível?

Las teorías democráticas de Dahl y Raws para la resolución de conflictos en Medio Oriente, ¿un arreglo teórico posible?

The democratic theories of Dahl and Raws for resolving conflicts in the Middle East, a theoretical arrangement Possible?

André Luiz Oliveira Guimarães Pitaluga

Mestre em Ciência Política
Universidade Federal de Goiás
serapis90@gmail.com

RESUMO

Dentro da teoria política contemporânea se percebe que a democracia é um elemento fundamental para que se entenda a realidade da atualidade. Robert Dahl oferece em sua teoria parâmetros explicativos para se entender o que é democracia, e o processo de democratização. John Raws por sua vez oferece uma alternativa ao modelo realista de política internacional, pensando na democracia como um elemento de estabilização do meio internacional. Na política internacional contemporânea o oriente Médio se destaca como uma região constante de eclosão de conflitos, e que possui um número de regimes variados. O objetivo deste trabalho é observar se a democracia é ou não uma chave para compreendermos os conflitos lá instalados e uma chave para a resolução dos mesmos.

Palavras-chave: Democracia. Dahl. Raws. Oriente Médio. Primavera Árabe.

ABSTRACT

Within contemporary political theory realizes that democracy is a key for understanding the reality of the current element. Robert Dahl offers in his explanatory theory to understand what are democracy and the democratization process parameters. John Raws turn offers a realistic alternative to the model of international politics, thinking about democracy as an element of stabilization of the international environment. In contemporary international politics the Middle East stands as a constant region of outbreak of conflicts, and has a number of different schemes. The objective of this study is to observe whether or not democracy is a key to understanding the conflicts there and installed a key to solving them.

Keywords: Democracy. Dahl. Raws. Middle Eastern. Arab Spring

RESUMEN

Dentro de la teoría política contemporánea, está claro que la democracia es un elemento fundamental para comprender la realidad actual. Robert Dahl ofrece parámetros explicativos en su teoría para comprender qué es la democracia y el proceso de democratización. John Raws, a su vez, ofrece una alternativa al modelo realista de política internacional, pensando en la democracia como un elemento de estabilización del entorno internacional. En la política internacional contemporánea, Oriente Medio se destaca como una región que estalla constantemente en conflictos y tiene una serie de regímenes variados. El objetivo de este trabajo es observar si la democracia es o no una clave para comprender los conflictos allí y una clave para resolverlos.

Palabras clave: Democracia. Dahl. Raws. Medio Oriente. Primavera Árabe.

INTRODUÇÃO

Nos estudos de Ciência Política na contemporaneidade, a democracia se coloca como elemento central na maioria das discussões teóricas. Tal tema tem gerado um número diverso de paradigmas que busca, além de pensar a democracia não somente como um procedimento político, mas como um sistema amplo de direitos e participação efetiva na vida política da sociedade em questão.

Teorias apontam a democracia, como um sistema política contemporâneo, como um norte a ser alcançado no desenvolvimento do agir político, sendo que em diversas linhas de política externa, principalmente quando pensamos em paradigmas ocidentais, a expansão da ideia de democracia deve ser encarada como um estatuto moral do desenvolvimento de políticas de influência diplomática. Tais mecanismos não são propriamente contemporâneos, já que desde a gênese da democracia, nos moldes atenienses, a política externa desta pólis já previa a expansão dos valores do “governo do povo” às demais aliadas, e por direito conquistado com a sua expansão aos povos conquistados.

Mesmo que contemporaneamente a guerra, sendo pensada como um instrumento de universalização da democracia ainda seja uma ideia presente nas políticas externas de algumas das potências centrais do meio internacional, a adesão maciça de método político é visto por alguns como uma alternativa à realidade de anarquia e caos

internacional, o que corroboraria para a criação de uma normatização internacional plena, que suprimiria a agressividade entre os povos gerando uma situação de paz duradoura.

A teoria proposta do Robert Dahl constrói um modelo de parâmetro para os princípios democráticos, a partir de um estudo em que se cruzam as variáveis de participação política e competitividade pública. Dahl utiliza o resultado do cruzamento dessas variáveis para poder classificar os regimes quanto ser mais ou menos aproximado de uma “poliarquia”, e de que forma acontece essa aproximação ou afastamento.

Outra teoria interessante que será abordada nesse artigo é a teoria de “Paz Democrática”, no qual John Raws utiliza para apresentar uma alternativa à teoria realista, que prega a inevitabilidade do conflito entre nações, já que a busca pelo poder é algo natural à realidade internacional. Tal teoria tem como ponto principal a afirmação que a democracia e seu conjunto de valores seriam um elemento primordial para a estabilização do sistema internacional, já que uma democracia jamais entraria em guerra com outra, pois estas compartilhariam valores de autodeterminação e respeito mútuo. Segundo essa teoria, para que se possa construir um sistema internacional pacificado a democracia deve ser encarada como um modelo político a ser universalizado.

No cenário político internacional da atualidade, o Oriente Médio se destaca como uma região que se encontra um significativo contingente de conflitos estabelecidos, tanto a nível interno quanto externo. O conflito palestino-israelense é um grande exemplo, no

qual há conflitos tanto a nível externo quanto interno no decorrer da história, e que os regimes e facções que nele se encontram estão intimamente ligados com o destino do conflito Os

últimos desdobramentos do que chamamos de “Primavera Árabe”, nos mostra que as relações de força dentro dos países do Oriente Médio vêm sofrendo uma drástica mudança nos últimos anos no que se diz respeito aos tradicionais regimes no mundo árabe, sendo que neste se destaca o caso do Egito.

Dentro de tais pressupostos teóricos, este artigo se propõe a analisar a situação de conflitos na região do Oriente Médio a partir dos desdobramentos dos acontecimentos de luta por democracia na região. Se tais teorias, que pensam a estabilização da realidade internacional a partir da universalização da democracia são suficientes para explicar uma realidade com nuances tão específicas quanto à do Oriente Médio, e em que gradação pensar democracia naquele contexto peculiar pode ser chave para se avançar em rumo à resolução pacífica dessas querelas.

“A POLIARQUIA” ENQUANTO TEORIA DEMOCRÁTICA

Em sua obra principal, Poliarquia, Robert Dahl trata do assunto da democratização, de quais são as variáveis que devem ser levadas em conta no processo e quais fatores devem ser levados em conta nesse estudo. Neste livro Dahl, observa como a possibilidade de contestação pública possui influência no processo de construção de uma democracia. Para corroborar com suas teses iniciais, o autor busca nesse livro conceituar os parâmetros para definição de democracia, assim como verificar os tipos de variantes que se pode elencar para além do conceito simples de democracia.

Uma peça chave para que se compreenda a democracia seria, portanto a responsividade do governo em relação às preferências de cidadãos politicamente iguais (DAHL, 2012). Nesse pressuposto, a igualdade do cidadão, observando pelo prisma de direitos políticos pode ser expressa pela medida que todo cidadão deva ter a plena oportunidade de formular suas preferências, de expressar suas preferências aos seus concidadãos ou ao governo, sendo essa de forma individualizada ou coletiva, e possuir suas preferências consideradas igualmente na conduta do governo, sem que haja discriminação de conteúdo ou de fonte da preferência. (DAHL, 2012).

Segundo Dahl (2012) estas três necessidades para que considere o conjunto de cidadãos de um determinado sistema como politicamente iguais, estão sujeitas ainda a uma maior ampliação dos quesitos necessários para se considerar a existência de uma realidade democrática. Segundo Robert Dahl, tais necessidades são:

- 1 – Liberdade de formar e aderir a organizações.
- 2 - Liberdade de expressão.
- 3 - Direito de voto.
- 4 - Elegibilidade para cargos públicos.
- 5 – Direito de líderes políticos disputar apoio.
- 5.a direito dos líderes políticos disputarem votos.
- 6 – Fontes alternativas de informação.
- 7 – Eleições livres e idôneas.
- 8 – Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência. (DAHL, 2012, p. 27)

Dahl (2012) também admite em sua obra que os regimes políticos, tanto historicamente, quando contemporaneamente variam o modo de tratamento dessas oito condições para a plena vigência democrática. Tais variações podem ocorrer de duas maneiras distintas, a primeira diz respeito à amplitude destes direitos. Isso se dá pelo elemento qualitativo desses preceitos, e à medida que o mesmo representa a possibilidade de obtenção de informações variadas e esclarecida e assim a possibilidade de contestação pública do cidadão no sistema político de fato (DAHL, 2012).

A segunda variação que se pode perceber quanto à variação desses elementos constitutivos dos direitos de igualdade do cidadão, diz respeito à quantidade de pessoas que são abrangidas no gozo de tais prerrogativas. Este então faz referência à inclusão do cidadão no procedimento democrático, o qual pode variar em sistemas políticos mais ou menos inclusivos (DAHL, 2012).

É importante ressaltar que esses elementos podem variar tanto em conjunto quanto de maneira independente. Partindo destes

pressupostos, Robert Dahl (2012) constrói um modelo gráfico explicativo para se gradar em regimes políticos, quanto ao seu nível de democratização utilizando inclusividade no processo de competição política, e a

liberalização, que á a capacidade de contestação pública, como eixos de análise para corroborar para a sua classificação de regimes nacionais (DAHL, 2012).

Desta forma podemos afirmar que um sistema político que possua alta liberalização política, porém baixa inclusividade de cidadão no processo político é classificada como uma oligarquia competitiva. Regimes que possuem alto grau de inclusividade, porém um baixo nível de contestação pública é conceituado pelo autor de hegemonia inclusiva. Regimes que possuem tanto inclusividade quanto liberalização baixos, são hegemonias fechadas e no outro extremo, regimes que possuem alto grau em ambas as variáveis, são governos mais próximos de uma democracia ideal, que no livro o teórico classifica como poliarquias (DAHL, 2012).

Outro elemento de importância na obra de Dahl são os fatores que corroboram ou não para o processo de democratização, os quais são descritos como os mais variáveis possíveis. De maneira geral os fatores que levam a democratização, tanto em processos de liberalização, quanto de inclusividade, ocorrem quando os custos de repressão superam o de transformação política, sendo que, cada situação possui as suas peculiaridades na qual uma democracia ideal plena não existe de fato em um mundo real (DAHL. 2012). Para a construção das análises desse artigo, serão elencados os fatores,

econômicos e de desenvolvimento, questões culturais, que podem favorecer ou não um processo de democratização, e por fim fatores exógenos e de dominação estrangeira, as quais se mostram recorrentes na região discutida neste trabalho.

Segundo a teoria dahlsiana, existe uma correlação direta entre processos que levam a instauração de uma poliarquia plena como fatores econômicos e de desenvolvimento. Segundo Dahl, um governo tende a tolerar oposições públicas quando seus recursos disponíveis para supressão declinam em relação aos recursos de uma oposição (DAHL, 2012). Em governos altamente militarizados, sociedades agrárias tradicionais e sociedades economicamente centralizadas, as tendências às hegemonias são grandes. Em contrapartida sociedades pluralizadas, sociedades rurais livres e economias descentralizadas t, tendem efetivamente a formação de poliarquias (DAHL, 2012).

Outro pressuposto aceito pela teoria dahlsiana é a que um alto nível de desenvolvimento socioeconômico favorece, além da transformação de hegemonias em poliarquias, a sua manutenção. Geralmente, seguindo esta corrente teórica, o fracasso econômico tende a corroborar para o a formação de regimes hegemônicos, ameaçando processos de liberalização política, mesmo que a lógica inversa não seja igualmente aplicável. Mesmo admitindo que exista um favorecimento de desenvolvimento socioeconômico com processo de democratização, não se pode dizer de maneira absoluta que o mesmo determine o outro (DAHL, 2012).

Culturalmente, pode-se dizer que a um sistema que tende à formação de poliarquias, se encontram ameaçados quanto mais à sociedade se encontre polarizada. Conflitos de ordem subcultural exercem, segundo os preceitos dahlsianos uma tensão sobre a tolerância à contestação pública, sendo que em sociedades em que se encontra certa homogeneidade cultural, ou que a pluralidade esteja estabelecida de maneira pacificada, a possibilidade de se construir um sistema poliárquico é maior (DAHL, 2012).

Outro fator a ser levado em conta nessa discussão é a composição de um sistema partidário. Como um fator que segundo Robert Dahl (2012) exerce influencia nas tendências de formação de regimes poliárquico está também à composição sólida de um sistema de partidos em um determinado meio político. Segundo o autor, quanto mais fragmentado é um sistema partidário maiores as chances de instauração de um regime hegemônico.

Por último, deve-se tratar de casos onde um país não possui autonomia, e seus destinos estão sujeitos à dominação estrangeira. Nesses casos a influência externa pode se colocar de forma tão absoluta, que pode sobrepujar todas as demais condições colocadas anteriormente neste estudo (DAHL, 2012). Embora o autor admita que alguma influência estrangeira possa corroborar para o surgimento de poliarquias, a intervenção estrangeira aberta é encarada como nociva para a instituição de regimes poliárquicos (DAHL, 2012).

A dominação estrangeira pode causar também o que o autor chama de “efeito bumerangue”, gerando uma oposição ao regime

colocado pela nação ocupante e gerando um sistema de tendências a percorrer o caminho inverso ao que fora pretendido (DAHL, 2012). Questões como essas podem ser chave para que se possa entender uma realidade onde o domínio

territorial de nações estrangeiras aconteceu de maneira constante, e geraram relações quase sempre conflituosas, como no caso do Oriente Médio.

TEORIA DA PAZ DEMOCRÁTICA DE JOHN RAWES

Com relação às conexões que se podem construir sobre a relação entre política internacional e democracia, pode se encontrar no pensamento de John Rawes uma chave interessante para poder analisar a questão de paz em um panorama de tensões como é o oriente médio. Procurando uma alternativa à teoria realista que naturaliza o conflito como um expoente inexorável às relações internacionais, John Rawes constrói sua “Teoria da Paz Democrática”, na qual ele enxerga na democracia a chave principal para a estabilização de um sistema voltado para um conflito, suprimindo a guerra enquanto um instrumento político legítimo (OLIVEIRA, 2012).

A teoria da paz democrática afirma que em um sistema internacional, onde todos os países são democráticos o elemento constitutivo que corrobora para eclosão de conflitos será suprimido, estabilizando o sistema de Estados o que resulta em um panorama de paz duradoura (OLIVEIRA, 2012). Tais tentativas de se construir para o sistema internacional uma realidade hipotética, onde um sistema de

governo garantiria uma realidade de paz não é uma prerrogativa propriamente inovadora da obra de John Raws. Immanuel Kant (1993), pensador do século XVIII, já afirmava que para a construção de um panorama de paz perpétua, nas relações internacionais, seria necessária a construção de um sistema de repúblicas independentes.

John Raws parte em sua obra do princípio que, assim como em uma sociedade interna, as mazelas do sistema internacional também são resultado do que ele classifica como, injustiças políticas. Estas ocorrem em função de assimetrias sociais e política que decorrem da busca do poder enquanto cerne da política internacional (RAWS, 2010).

Sendo essa teoria a maneira mais eficiente de se superar a injustiça política é a adoção de um conjunto de políticas sociais justas, as quais extinguiriam a injustiça no decorrer do tempo e levaria a natural supressão das tragédias que acometem o ambiente internacional.

Nesse sentido essa teoria apresenta uma crítica às teorias como a de equilíbrio de poder, a qual afirma que no sistema internacional só há possibilidade de paz quando existe um equilíbrio entre a capacidade operacional dos Estados, e teorias como a da estabilidade hegemônica, que afirmam que no sistema internacional, somente uma realidade hegemônica absoluta, quando um ator internacional possui a irrefutável superioridade com relação aos demais pares, pode se obter um sistema internacional estabilizado (OLIVEIRA, 2012).

Adentrando de maneira mais efetiva na teoria da paz hegemônica de John Raws, percebe-se que o mesmo ainda admite para o meio internacional a ideia de soberania ainda apresenta como um elemento central na prática política internacional. Mesmo assim ele destaca, para além de seu conceito de estado, esse calcado na ideia de soberania, o conceito de povo. Para o autor, povo é uma categoria que não opera apenas no cálculo racional de poder tal como ocorre com o Estado, mas esse desenvolve a capacidade de agir de acordo com o razoável e de reconhecer em outros povos de maneira equitativa. Um povo, porém possuem os poderes de soberania bem mais restritos, tanto interna quanto externamente, por um direito dos povos que é calcado na justiça (RAWS, 2010).

A partir dessa definição os povos, segundo essa teoria pode ser divididos em cinco tipos distintos. O primeiro referido são os povos democráticos liberais. Os povos democráticos, liberais possuem três características básicas, um governo constitucional razoavelmente justo, elementos que garantam uma “afinidade comum” que os agreguem como um povo e a terceira característica, e uma moral capaz de estabelecer uma conduta, social e política calcada na razoabilidade, que limite a ação individual a partir de um direito (RAWS, 2010).

Outro povo que é listado na obra de John Raws são os povos “Fora da Lei”, que não garantem de maneira mínima os direitos humanos em seu território e nem há uma vontade de seus governantes em garanti-los. Os povos fora da lei também são incapazes de reconhecer para com outros povos uma relação de

reciprocidade equitativa com outros povos, nem de estabelecer qualquer vínculo de cooperação política e social com outros povos, sendo que seu comportamento é agressivo e de tendência expansionista. Esses países não podem participar de um sistema de Sociedade de Povos segundo essa vertente teórica (RAWS, 2010).

Sociedade sob ônus de condições desfavoráveis são sociedades que são submetidas às condições materiais desfavoráveis que as impossibilita de implementar regimes políticos bem ordenados. É importante ressaltar que essas sociedades não carecem apenas dos elementos materiais para o desenvolvimento socioeconômico de seu povo, mas carece também de uma estrutura institucional que seja suficientemente ordenado para que se possa sustentar uma organização política mais sofisticada. Nessas sociedades há uma dificuldade maior em estabelecer relações de reciprocidade com outros povos e de se observar os direitos humanos (RAWS, 2010).

Absolutismos benevolentes são os quais os regimes apesar de respeitarem a maior parte dos direitos humanos, negam todas as oportunidades possíveis de autodeterminação, evitando assim que a grande parte do povo possua uma função relevante na vida política de um determinado povo. Estes relegam o agir político nas mãos de uma pessoa ou a um grupo bastante restrito de membros, fato que o autor não considera salutar para uma sociedade de povos de acordo com o seu modelo de paz democrática (RAWS, 2010).

Por último se tem os povos descentes, que são povos que se organizam através de uma concepção de cooperação social entre indivíduos e de coexistência entre grupos, mesmo havendo algum

que possa se colocar como dominante (OLIVEIRA, 2012). Nesse sistema a o sistema de leis deve vigor em todo o território de modo que há a necessidade que esse tenha aceitação geral, porém uma ideia democrática, em que exista participação geral não é característica desse tipo de povo sendo que cargos de liderança podem estar acessíveis a apenas a certos indivíduos de algum grupo. São povos que podem fazer parte de um sistema de estado de paz democrática já que, assim como povos liberais democráticos estaria aberto às relações de reciprocidade com outros povos (RAWS, 2010).

Desta forma, a teoria rawsiana considera que a paz diplomática ocorre por três eixos principais no que se diz respeito a sua eficiência. O primeiro é respaldado por uma satisfação interna com instituições liberais ou decentes. O segundo seria a capacidade moral de um povo agir razoavelmente em relação ao outro. E o terceiro eixo fundamental é das relações internacionais pacificadas resultantes da confiança que um direito justo entre os povos, com instituições que funcionam plenamente pode resultar (OLIVEIRA, 2012).

A teoria de paz democrática de John Raws, portanto observa que um panorama de países que compartilhem valores típicos da democracia possa, ao contrário do que afirmam teorias realistas clássicas, se mostrar efetivamente pacificado. Mesmo que para Raws elenque alguns tipos específicos de arranjos políticos e sociais para estabelecer parâmetros para a composição de um sistema para a paz democrática, o mesmo não exclui completamente outros tipos de arranjos. Em que medida as teorias rawsianas podem se mostrar úteis

para entender o processo político da região do Oriente Médio? É uma pergunta que perpassará as próximas partes deste artigo.

ORIENTE MÉDIO, DEMOCRACIA E PAZ INTERNACIONAL

Milhares de anos de história, vários povos em sua composição, regimes dos mais variados tipos e arranjos, um ambiente pluricultural onde as três principais religiões monoteístas do mundo encontram em contato. O Oriente Médio é uma das localidades com uma vasta história cultural e de conflitos, que se estendem de tempos remotos da antiguidade até as mais contemporâneas das guerras.

O Oriente Médio abarca uma região de cerca de sete milhões de quilômetros quadrados e cerca de trezentos e cinquenta milhões de habitantes. Neste artigo delimitaremos como Oriente Médio a região que corresponde ao Platô Persa, que corresponde a áreas do Irã à antiga Mesopotâmia, a península arábica, a região do Levante, o nordeste da África, a Turquia e a Ilha de Chipre (BERGMANN, 2009).

Com relação aos grupos étnicos, os povos árabes são os mais numerosos, ocupando a maior parte dos países, turcos ocupam principalmente as regiões da Turquia e Chipre e persas na região do Irã e judeus que habitam principalmente o Estado de Israel. Ainda há minoria de curdos que também buscam um espaço politicamente independente na região. Com relação às religiões, o islamismo é hegemônico em números absolutos, sendo que um número de judeus e uma minoria cristã, sendo essa composta majoritariamente de católicos ortodoxos também ajudam a compor o panorama religioso da região. (BERGMANN, 2009)

Politicamente o oriente médio conta com o número de dezesseis estados independentes mais a Palestina. Entre as formas de governo que se podem elencar na região ditaduras militares, monarquias constitucionais, governos de inspiração islâmica, democracias liberais e o Iraque, que vive uma ocupação militar estrangeira (BERGMANN, 2009). Com relação a desenvolvimento econômico a região apresenta números também diversos. O a exploração do petróleo pode ser considerada uma das mais importantes atividades econômicas da região, o que não significa necessariamente que seja uma região próspera, já que verificasse um alto grau de concentração de renda em grande parte dos países, o que é claro na lista de índice de desenvolvimento humano da região.

Quadro 1 - IDH

País	Posição no Ranking	IDH
Israel	16º	0,900
Chipre	31º	0,848
Qatar	36º	0,834
Emirados Árabes Unidos	41º	0,818
Bahrain	48º	0,796
Kuait	54º	0,790
Arábia Saudita	57º	0,782
Líbano	72º	0,745
Irã	76º	0,742
Omã	84º	0,731
Turquia	90º	0,722
Jordânia	100º	0,700
Territórios Palestinos	110º	0,670
Egito	112º	0,662
Síria	116º	0,648

Iraque	131º	0,590
Iêmen	160º	0,458

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano (PNUD, 2013).

Para este artigo serão analisados os desdobramentos da primavera árabe, enquanto panorama de democratização, e de como tal processo pode impactar nas relações diplomáticas da região. O caso mais emblemático e que será o foco e análise neste artigo será o egípcio em que podemos verificar um intenso número de correlações de força atuando neste processo, tanto endógenas quanto externas. O Conflito árabe-israelense também será alvo das análises neste momento do artigo, sendo será apresentado à indagação de que em qual medida podemos pensar em teorias de democratização e de paz democrática, em sociedades onde as questões referentes ao nacional podem extrapolar o alcance teórico dessas teorias.

A PRIMAVERA ÁRABE E A LUTA POR DEMOCRACIA NA REGIÃO

O evento conhecido como primavera árabe é caracterizado por inúmeras insurreições sucessivas que ocorreram no mundo árabe nos últimos anos. Esse processo se deu por levantes contra regimes autocráticos que tradicionalmente governavam alguns países por algumas décadas. A cadeia de acontecimentos fora deflagrada após a deposição do ditador tunisiano Zine Ben Ali em janeiro de 2011, sendo que após esse acontecimento tais insurreições param a ocorrer, na Líbia, Egito, Iêmen, alguns países do golfo, Síria, e repercutindo até mesmo nas políticas de Arábia Saudita, Líbano e

Jordânia (SANTORO, 2011). Em pouco tempo os levantes árabes já configuravam no principal evento político do oriente Médio nos últimos três anos.

O panorama externo e interno conflituoso foi, por muitas décadas, um subterfúgio para que governos autoritários fossem mantidos na região do oriente médio. As últimas ondas de democratização, ocorridas entre os anos de 1980 e 1990, que foram marcantes na história da América Latina, Leste Europeu e o cone austral do continente africano não tiveram alcance na região do Oriente Médio, com exceção de Turquia e Israel, que haviam se democratizado anteriormente (SANTORO, 2011).

As primeiras hipóteses com relação aos levantes por mudança de regime nos países árabes têm como pano de fundo a situação de extrema fragilidade socioeconômica vivida dentro daqueles países. Estima-se que as taxas de desemprego que acometiam tais países em 2011 extrapolavam as medidas razoáveis para a manutenção de um sistema interno pacificado. O estopim para a eclosão da primeira revolta na Tunísia fora o suicídio de um jovem, Mohamed Bouazizi, que mesmo com formação acadêmica adequada não conseguira emprego adequado, e mesmo em condições de trabalho não favoráveis ainda sofria pressões fiscais do governo e da corrupta burocracia estatal tunisiana (SANTORO, 2011).

Mesmo dentro do sistema árabe de países é notória a desigualdade que se estabelecia entre os países da Ásia menor e as prósperas monarquias do golfo pérsico, que se caracterizam por

centros urbanos de alto luxo era evidente. Guerras civis, como a do Iêmen,

por exemplo, deixava um rastro nefando para as economias da região, a qual na grande maioria dos países amargavam taxas de crescimento muito aquém do desejável. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estima que na época da eclosão dessas insurreições as taxas de desemprego nesses países eram mais que o dobro da média internacional e que esses indicadores quase triplicavam quando se tratavam de jovem (SANTORO, 2011).

O subemprego também se configurava em um problema econômico grave na região. No Egito, cerca de cinquenta por cento da população economicamente ativa encontrava-se no mercado informal. Tais fatores se contrastavam o alto grau de padrão de vida que uma pequena minoria. Em contrapartida desses fatores a população paulatinamente ganhava mais acesso à informação e a instrução, fator o qual gerava um conjunto de expectativas, em decorrência do centralismo político da região, expectativas cada vez mais frustradas na população, um estímulo a revoltas contra o governo estabelecido.

Além da dimensão econômica, fatores políticos, decorrente o autoritarismo dos governos árabes também se mostraram decisivos para eclosão dos conflitos. Ancorados em um sistema político altamente centralizador um aparelho burocrático corrupto e um aparato repressor considerável, as ditaduras árabes mantiveram a população sob o seu jugo durante décadas. Com podemos dizer.

Ditaduras militares, e governos centralizados unipartidários se instalaram na região, principalmente no nordeste da África, como no caso do Egito, e Na Síria (SANTORO, 2011).

Outro fator que se pode elencar como de fundamental importância para a eclosão dos levantes, fora o papel das novas tecnologias da informação. Desde os primeiros indícios de insatisfação com os regimes autoritários na região, como em 2009 no Irã, é notório que a utilização de redes sociais foi central, tanto para informação da realidade calamitosa da região, quanto para a organização efetiva dos atos que culminaram com a deposição de alguns dos principais ditadores da região (SANTORO, 2011).

Por último também pode se delegar à religião um papel secundário no processo de primavera árabe. Organizações como a Irmandade Muçulmana e a Frente Islâmica da Salvação foram duramente reprimidas por governos militares da região, tendo um interesse especial na liberalização política destes países, já que em sua maioria se tratava de regimes de maioria sunita, que se opunham ao modo de operação destas organizações.

O CASO EGÍPCIO

Dentre os países nos quais as insurreições resultaram na deposição de autocracias anteriores para a instauração de regimes democráticos um caso a ser destacado é o caso egípcio. Pode-se inferir que o caso egípcio não se configura simplesmente em um processo que se encerra com a deposição do antigo presidente Hosni Mubarak e a realização de eleições livre e liberais. O caso egípcio

mostra como uma correlação de forças políticas antagônicas e uma falta de tradição democrática podem resultar em um processo onde a fragilidade institucional que se conseguiu na pós-tomada democrática pode degenerar em uma restauração autocrática no Egito.

Iniciada no eco das revoltas iniciais da primavera árabe em 2011, o Egito atravessava situação política e socioeconômica similar aos demais países da região. Amargando um dos piores índices de desenvolvimento humano da região, com altas taxas de desemprego e de subempregos, e com uma situação política conturbada, muito dessa em função da militância política da irmandade muçulmana, organização político-religiosa que possuía relação conflituosa com o governo de Mubarak (GERVÁSIO, 2012).

Logo iniciado as primeiras manifestações de rejeição ao governo Mubarak, que já governara o Egito por mais de três décadas, a brutalidade da repressão, perpetrada por parte do governo fora evidente. O grande catalizador das manifestações ocorreu pelo assassinato de um jovem em Alexandria por parte de um policial, assassinato esse que fora cometido por motivo banal. Logo o movimento nomeado de “Somos todos Khaleb Said” tomou proporções nacionais, resultando em inúmeros embates com forças do governo, grande parte delas sangrentas (SANTORO, 2011). Imerso em uma situação de caos político o governo Mubarak encontrava-se em uma situação insustentável, o que resultou na sua deposição em Fevereiro de 2011, sendo ele preso e acusado de corrupção e inúmeros outros crimes.

Com a deposição de Hosni Mubarak do governo egípcio era necessário à criação de um novo governo assim como instaurar um novo modelo de regime com instituições novas. Dividido pelos conflitos anteriores, o Egito viva uma situação paradoxal entre, religiosos e

seculares, democratas liberais e restauracionistas militares (GERVÁSIO, 2012). Neste panorama político conflituoso foram convocadas eleições a se realizar nos próximos meses após a deposição de Mubarak.

Nesse cenário político é importante ressaltar a importância da Irmandade Muçulmana nesse processo. Emergida como uma força política com efetiva representatividade. Sendo uma força política que já se mostrava como representativa desde os tempos do governo autocrático de Mubarak, a Irmandade Muçulmana, é uma organização que prega que o Islão é um código moral supratemporal e assim deve servir de parâmetro para a prática política. Tal organização prega que religião islâmica deve pautar as relações políticas sobre as questões seculares. Sendo o governo de Mubarak uma ditadura secular a Irmandade Muçulmana sempre exercera uma oposição clara ao governo Mubarak, sendo essa proscria em vários aspectos pelo governo (GERVÁSIO, 2012).

Após o fim do governo de Hosni Mubarak a Irmandade Muçulmana Emergiu como uma poderosa força política para à instauração do novo regime, formando o Partido Liberdade e Justiça. Tal partido ganhou forte representatividade e conquistou importante

posição nas câmaras do parlamento egípcio e se mostrava como força política hegemônica no período de transição para a democracia

Mesmo como Mubarak fora do governo egípcio, à convocação e realização de eleições livres no Egito não ocorreu facilmente, haja vista que grupos opositores se digladiavam ferozmente para a conquista de espaço político no regime recém-inaugurado. A eleição fora disputada em 2012 em dois turnos, sendo que no primeiro turno houve treze candidatos na disputa presidencial. Os candidatos que disputaram o segundo turno da eleição foram Mohamed Morsi, pelo Partido Liberdade e Justiça e Ahmed Shafic, de uma ala mais liberal (GERVÁSIO, 2013).

O Partido Liberdade e Justiça não só conquistou a eleição de Mohamed Morsi como presidente do Egito como também elegeu mais de quarenta por cento das cadeiras no parlamento egípcio. Adotando uma postura fundamentalista e de política antiocidental o governo Morsi, mesmo construindo maioria absoluta nas urnas egípcias sempre contou com uma ferrenha oposição dentro do estado egípcio. Sendo oposição de grupos restauracionistas

do antigo governo Mubarak, ou de grupos liberais que tinham expectativas de reformas democráticas na estrutura do Estado egípcio, o governo Morsi nunca fora estável à frente do Estado egípcio.

Em 2012, logo após as eleições presidenciais Morsi conquista importantes opositores frente ao seu governo. Por ordem presidencial militares de alta patente das forças armadas egípcias, remanescentes do regime Mubarak foram exonerados de seus cargos,

fato o qual gerou imensa insatisfação entre os militares. Com a oposição de grande parte do alto escalão do exército egípcio o governo Morsi já inicia sua trajetória política perdendo uma das principais bases de sustentação, e corroborado por uma incipiência de instituições democráticas sólida e uma falta de tradição política a qual geraria uma cultura democrática no Egito, já nasce com uma curta expectativa de existência dentro de uma democracia de fato.

Durante o fim do ano de 2012 e início de 2013, o governo Morsi além de estar envolvido em querelas internas, também fora um importante ator na negociação do armistício em relação à escalada da violência ocorrida em outubro de 2012 na faixa de Gaza, devido a uma resposta militar israelense a sucessivos lançamentos de foguetes do Hamas em direção ao sul de Israel. O governo Morsi, devido à proximidade da Irmandade Muçulmana como o Hamas serviu como o interlocutor pra o cessar fogo entre as duas partes, sendo que este poderia ser um sinal positivo para a política egípcia, como um governo democraticamente instituído como legítimo na região.

Em 30 de junho de 2013, quando se completava um ano da eleição do presidente Morsi, milhares de pessoas tomaram as ruas do Cairo reivindicando a deposição de Morsi. Tais manifestações tiveram origem na frustração de grande parte da população egípcia pelo fraco desempenho econômico mostrado no governo Morsi e da pouca evolução na conquista de direitos que fora uma das principais bandeiras do início dos levantes no Egito. Tais manifestações se tornaram violentas e com alguns mortos nos primeiros confrontos.

Após as primeiras mortes a escalada de violência se tornou cada vez maior, o que culminou com a deposição do presidente Morsi em três de julho de 2013 por ordem do General Abbul Fatah Khalil Al-Sisi. Após a deposição de Morsi confrontos violentos entre a

facção de apoio a Morsi, composta principalmente por membros da Irmandade Muçulmana, e tropas do exército egípcio tem deixado um número incontável de cadáveres, uma regressão das conquistas democráticas no Egito, o que levou a uma criação de um panorama de violência que aparentemente só se resolverá após uma nova estruturação da democracia do país.

O CONFLITO ISRAEL – PALESTINA

Fundado como Estado Nacional em 1948, Israel se apresenta como um elemento de estranhamento no conjunto de países que compõem o Oriente Médio. Com economia liberal, o Estado de Israel possui o maior índice de desenvolvimento humano da região. Seus principais centros urbanos são Jerusalém, Tel Aviv e Haifa, sendo que Jerusalém é uma cidade alvo de disputas que atravessam os séculos, sendo essa também nos tempos modernos (BERGMANN, 2009).

Israel é um país de maioria judia, cerca de oitenta por cento da população, porém a população israelense também conta com uma boa parcela de muçulmanos e uma parcela menor de cristãos, além de minorias como drusas e beduínas. Politicamente Israel é uma república parlamentar no qual são realizadas eleições periódicas. Apesar de se constituir como um Estado judeu, os direitos políticos, dentro do território israelense é estendido a todos os seus cidadãos,

sendo que mesmo em minoria existem cadeiras do parlamento israelense ocupados por muçulmanos e cristãos que possuem cidadania israelense (BERGMANN, 2009).

Com relação a direitos civis, Israel vem conquistando bons resultados nos últimos anos, tendo resultados satisfatórios nos últimos anos. Direitos com relação a minorias raciais e de gênero fazem parte da legislação israelense, sendo que mulheres e homossexuais possuem rigorosamente os mesmos direitos masculinos em Israel, inclusive com relação ao serviço militar obrigatório. Os maiores problemas de Israel, portanto são com relação ao conflito com os povos palestinos, assunto que ocupa o principal espaço dentro da agenda política de Israel, e que em lhe rende inúmeras acusações de violações de direitos humanos que seriam cometidos por Israel no uso de seu assimétrico aparelho militar (CALDERONI, 2009).

Os povos palestinos possuem jurisdição em dois territórios em específico, a oeste na região conhecida como Cisjordânia, onde politicamente a Autoridade Nacional Palestina (ANP), resultante do antigo grupo Fatah, detém da hegemonia política. Na região da Cisjordânia, ainda hoje que se concentram os assentamentos judeus conhecidos como kibutzim ou mashav, que são comunidades comunais de judeus que foram as primeiras formas de organização política dos judeus ainda nos períodos de suas primeiras migrações no século XIX, e hoje são vistos com desconfiança por parte da comunidade internacional, já que pode ser classificado como

estratégia de expansionismo israelense, principalmente por interesses territoriais no vale do Rio Jordão (ZUHUR, 2008).

Outra região de ocupação palestina, e essa onde se concentram os maiores conflitos na atualidade, é a faixa de Gaza. A faixa de Gaza se constitui em um pequeno território localizado no extremo oeste de Israel, sendo habitada por uma população de ampla maioria muçulmana. Politicamente o controle sobre os territórios de gaza estão sob o controle do grupo Hamas, grupo o qual não se mostra aberto a nenhum tipo de negociação de paz com Israel e mantém uma postura de resistência e enfrentamento com Estado de Israel, o que tem sido o principal motivo de enfrentamento militar entre palestinos e israelenses nos últimos anos.

Uma questão a ser levada em conta na discussão da política palestina, é a própria disputa interna que existe entre as facções políticas do que se procura formar de um Estado Palestino. Na política palestina, a ANP, da qual o primeiro ministro palestino, Mahmud Abbas faz parte, tende a o entendimento relativamente pacífico com Israel e procura estabelecer negociações de uma paz duradoura com o Estado de israelense. Por outro lado, o Hamas, reconhecido pela liga árabe como um interlocutor internacional legítimo, mas pela maioria das potências ocidentais como um grupo terrorista, possuem na sua constituição que o seu principal objetivo é a erradicação total do Estado de Israel, o que o afasta muito da possibilidade de se estabelecer um dialogo de paz com Israel (ZUHUR, 2008).

Além de não procurar construir uma conversação de paz, o Hamas ainda possui sérios problemas de ordem política e ideológica com a ANP, querelas que já evoluíram para conflitos armados em algumas ocasiões. Após as últimas disputas por poder na Palestina o Hamas fora isolado nos territórios de Gaza. No governo do então primeiro ministro Ariel

Sharon, Israel retira da região de Gaza todos os assentamentos judeus que ali se encontravam, iniciando assim um período de sítio à cidade de Gaza, que possui além de seus acessos bloqueados, sendo que seu transporte depende em grande maioria de estradas que estão em domínio israelense, nos quais é imputada à população de Gaza, uma pesada realidade de privações.

Outro elemento que se encontra como uma grande questão com relação ao conflito entre Israel e Palestina é a posse da cidade de Jerusalém. Esta cidade é uma cidade sagrada para as três principais crenças monoteístas do mundo. Para os Judeus é uma cidade sagrada, pois abriga o muro ocidental do templo de Salomão, para os muçulmanos a mesquita do Domo da Rocha, seria o lugar exato no qual o profeta Maomé teria ascendido aos céus, e para o cristianismo é o local no qual Cristo teria passado seus últimos momentos de vida.

Desde a sua destruição perpetrada pelos romanos em 70 d.C. a cidade de Jerusalém vem sendo um foco recorrente de disputas e conflitos. Árabes e cruzados, impérios territoriais como o otomano, e agora como questão crucial do confronto entre Israel e Palestina, a cidade de Jerusalém é considerada por Israel hoje como sua capital

política. Nos acordos de partilha, que culminaram no reconhecimento de independência de Israel enquanto Estado soberano, Jerusalém fora declarada um território de gestão internacional, o qual a população árabe teria o controle de sua parte oriental.

Israel, no decorrer de sua história não aceita a divisão da cidade de Jerusalém, sendo que em 1967, em decorrência dos resultados da Guerra dos seis dias, Israel decidiu tomar conta de toda a cidade de Jerusalém, inclusive de sua ala oriental. Fato o qual não teve boa repercussão perante a comunidade internacional, sendo que houve uma migração em massa das embaixadas para a cidade de Tel Aviv. Atualmente, Israel permite peregrinação de árabes palestinos aos seus locais sagrados durante o mês do Ramadã e veta qualquer incursão judia à esplanada das mesquitas, porém rejeita qualquer plano de partilha da cidade a qual ainda é considerada sua capital (SHRAGAI, 2010).

Se ao sul se verifica um panorama relativamente pacificado nas fronteiras israelenses, ao norte a situação de conflito se torna um pouco mais complicadas. A região conhecida como Colinas de Golã, é considerada estratégica para a defesa nacional de três países da região.

Israel, Líbano e Síria. Possuindo questões lindeiras mal resolvidas desde as guerras dos Seis Dias, em 1967 e Yom Kippur e 1973, a região de Golã é motivo de disputa, principalmente com a organização extremista de origem libanesa o Hezbollah. Tal organização, juntamente com o Hamas, é o principal adversário israelense no que se diz respeito à segurança internacional, no qual

se percebe uma escalada de violência que se origina de ambos os lados.

Desta forma é notória que o grande problema enfrentado na região é a inflexibilidade que existe na negociação de pontos nos quais os lados em disputa veem como elementos inegociáveis. Tentativas de paz na região passa, antes de tudo por uma revisão completa de fronteiras e linhas de acesso, assim como a criação de instrumentos que garantam que um acordo de paz seja de fato cumprido e aceito, independentemente das facções em disputa que estejam envolvidos no confronto. Tal resolução, que poderá ser encaminhada para a criação de dois estados naquela região passa também pelo ordenamento da política palestina, no caminho de uma institucionalização democrática na qual se poderá firmar um acordo de paz e assim fundar um Estado Palestino de fato (CALDERONI, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em sistema de paz no Oriente médio é por tudo que fora apresentado nesse artigo algo que supera a dimensão política e o pensamento comum do que pode garantir os aspectos formais de sociedades nacionais que verificam seus parâmetros apenas da definição do que é um Estado Nacional. Quando se depara com uma realidade como a do Oriente Médio questões que vão desde uma cultura antiliberal, as questões religiosas e socioeconômicas, que possuem um impacto considerável na política da região.

Com relação às teorias apresentadas é de clara observação que ambas oferecem instrumentalização importante para entendermos a

realidade de construção da democracia no Oriente Médio, assim como também para a construção de um ambiente internacional menos hostil para aquelas sociedades. Robert Dahl nos dá um panorama interessante de como podemos encarar uma realidade onde a democratização, assim como os elementos que podem corroborar para a conquista da liberalização política pode possuir êxitos ou retrocessos na realidade do Oriente Médio.

O caso egípcio, é um exemplo de como uma tradição de como as condições expostas na realidade podem ser vistas coo propulsoras de um processo de liberalização política. A contra revolução que desembocou em um estado de violência a qual hoje observamos no Egito, mostra que, apesar de elementos democráticos existirem enquanto procedimento eleitoral, uma poliarquia não fora totalmente instituída no processo que classificamos como “Primavera Árabe”, mesmo que houvesse a votação, a mesma não agregou outros quesitos da liberalização política exposta na obra de Dahl, e para, além disso, traz elementos que extrapolam a capacidade teoria da teoria dahlsiana, tanto no caso egípcio quanto nos demais da onda de levantes no Oriente Médio e região do Magreb.

Com relação à teoria da paz democrática de Raws, percebemos que a criação de um sistema geral de democracias no Oriente Médio pode sim ser uma chave para a busca de estabilização do sistema de nações no panorama de conflitos que historicamente ocorre naquela região. Porém como fora bem exemplificado na análise do caso árabe e israelense a teoria não se mostra ser suficiente para fornecer os valores para se construir uma realidade pacificada naquela região.

Tais conflitos não possuem como causas de eclosão apenas fatores políticos e socioeconômicos, fatores culturais, étnicos e históricos também possuem uma grande influencia para a que naquele cenário em específico se instaure uma situação de conflitos.

REFERÊNCIAS

BERGMANN, Lia. **Oriente Médio**: o que é e onde fica In: Solução para a paz: entendendo o Oriente Médio / [organização: Comissão Nacional de Direitos Humanos; coordenação Abraham Goldstein] . – São Paulo : Associação Beneficente e Cultural B’nai B’rith do Brasil, 2009.

_____. **Israel**: 3.700 anos de história. In: Solução para a paz : entendendo o Oriente Médio / [organização: Comissão Nacional de Direitos Humanos; coordenação Abraham Goldstein] . – São Paulo : Associação Beneficente e Cultural B’nai B’rith do Brasil, 2009.

_____. A independência do Estado de Israel contemporâneo sua realidade hoje. In: **Solução para a paz**: entendendo o Oriente Médio / [organização: Comissão Nacional de Direitos Humanos; coordenação Abraham Goldstein] . – São Paulo : Associação Beneficente e Cultural B’nai B’rith do Brasil, 2009.

CALDERONI, Eric. Solução para a paz: dois Estados para dois povos. In: **Solução para a paz**: entendendo o Oriente Médio / [organização: Comissão Nacional de Direitos Humanos; coordenação Abraham Goldstein] . – São Paulo : Associação Beneficente e Cultural B’nai B’rith do Brasil, 2009.

DAHL, Robert. **Poliarquia**: participação e oposição. São Paulo: EdUSP, 2012.

GERVÁSIO, Gennaro. After Mubarak, Before Transition: The Challenges for Egypt's Democratic Opposition. **Interface**: a journal for and about social movements Event Analysis Volume 4 (1). May 2012.

OLIVEIRA, Fernando Nunes. As bases e a eficiência da teoria de paz democrática do Direito dos Povos e sua resposta ao Realismo Político nas relações internacionais. **Revista Opinião Filosófica**, Porto Alegre, v. 03; nº. 01, 2012

RAWS, John. The Law of the People. **Critical Injury**, Vol. 20, (Autumn,1993) p. 36-68. Chicago 2010.

SANTORO, Maurício. As Revoltas Árabes e a democratização do Magreb e do Oriente Médio. **Revista Ética e Filosofia Política** – Nº 13 – Volume 2, p. 110-124. Junho de 2011

SHRAGAI, Nadav. Demography, Geopolitics, and Future of Israel's Capital: Jerusalem Proposed Master Plan. Jerusalém, Jerusalem Center for Public Affairs, 2010.